



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES NAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS POR APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE INSTITUIU O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC) E DEU OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REQUERIMENTO Nº _____, de 2016
(Do Sr. Izalci)**

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o(a) Sr.(a) DIEGO ZANI TARNOS, empresário e sócio da ZANI FILMES, produtora responsável pela produção do vídeo da festa de casamento de Felipe Amorim, para prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições **constitucionais** (art. 58, § 3º, da Constituição Federal), **legais** (art. 2º da Lei 1.579/52) e **regimentais** (art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** do(a) Sr.(a) **DIEGO ZANI TARNOS** para prestar esclarecimentos a esta Comissão.



JUSTIFICAÇÃO

No final de junho de 2016, a Polícia Federal e a Controladoria Geral da União deflagraram operação conjunta para desbaratar desvios no uso dos recursos capitados sob o amparo da Lei Rouanet.

Trata-se da Operação “Boca Livre”, decorrente de denúncia formulada ainda em 2011, cujo inquérito policial foi aberto em 2014. O Ministério Público Federal do DF também instaurou inquérito civil público para apurar as irregularidades.

De acordo com as investigações, os desvios são da ordem de 180 milhões de reais, pulverizados em mais de 250 projetos aprovados no âmbito da Lei Rouanet pelo Ministério da Cultura e financiados por cerca de dez empresas.

Agentes intermediários responsabilizavam-se pelo cadastramento dos projetos no Ministério da Cultura e pela captação dos recursos junto às empresas financiadoras. Em contrapartida, ficavam com parte do valor liberado para cada projeto. Há suspeitas de superfaturamento, de notas fiscais “frias”, de projetos simulados e duplicados.

Os envolvidos nas fraudes podem responder por crimes de organização criminosa, de peculato, de estelionato, contra a ordem tributária e de falsidade ideológica.

Ademais, foram constatados casos inusitados sendo custeados com recursos obtidos por intermédio da Lei Rouanet, a exemplo de eventos corporativos, shows com artistas famosos em festas privadas para grandes empresas, livros institucionais e até mesmo festa de casamento.

A propósito da festa de casamento do filho do empresário Antonio Carlos Bellini Amorim, do Grupo Bellini, em Jurerê Internacional, há dois vídeos sobre o evento, divulgados em redes sociais, um no dia anterior ao



casamento e outro na cerimônia, onde é possível ver os convidados com taças de bebidas.

De acordo com a Polícia Federal, o casamento bancado com recursos da Lei Rouanet aconteceu num beach club na badalada praia de Jurerê Internacional, em Florianópolis, em Santa Catarina. O evento teve como atração principal um show do cantor sertanejo Leo Rodriguez e durou um final de semana inteiro.

A festa de Felipe Amorim e Caroline Monteiro ocorreu no dia 25 de maio de 2016 no 300 Beach Club, um espaço de frente para a praia.

A PF chegou a anexar ao inquérito um vídeo da festa. Nas imagens, editadas como um vídeo clipe, os convidados aparecem bebendo espumante no gargalo e dançando. Em outro vídeo do evento, publicado na página do Facebook da noiva, as imagens mostram os convidados, um dia antes da cerimônia, na piscina. Na internet, o 300 Beach Club é “descrito com uma balada chique com comida fina”.

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do senhor **DIEGO ZANI TARNOS**, empresário responsável pela produção do vídeo da festa de casamento de Felipe Amorim, filho de Antônio Carlos Bellini Amorim.

Sala das Comissões, em ___ de outubro de 2016.

IZALCI
Deputado Federal
PSDB/DF